



Simulado de Direito Constitucional: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos
(CESPE/STF/2008)

01) Os direitos e as garantias fundamentais não podem ser reconhecidos e aplicados aos estrangeiros em trânsito pelo território nacional.

Comentário:

CF/88. Art. 5º. **Todos são iguais** perante a lei, **sem distinção** de qualquer natureza, garantindo-se aos **brasileiros e aos estrangeiros residentes no País** a inviolabilidade do direito à **vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade**, nos termos seguintes:

Vale ressaltar que os estrangeiros em trânsito temporário no Brasil possuem prerrogativas básicas asseguradas pela CF/88.

STF/HC 94.016

O **súdito estrangeiro, mesmo aquele sem domicílio no Brasil**, tem direito a **todas as prerrogativas básicas** que **lhe assegurem a preservação do status libertatis** e a observância, pelo poder público, da cláusula constitucional do **due process**. O **súdito estrangeiro, mesmo o não domiciliado no Brasil**, tem plena legitimidade para **impetrar** o remédio constitucional do **habeas corpus**, em ordem a tornar efetivo, nas hipóteses de **persecução penal**, o direito subjetivo, de que também é titular, à observância e ao integral respeito, por parte do Estado, das prerrogativas que compõem e dão significado à cláusula do devido processo legal. A condição jurídica de não nacional do Brasil e a circunstância de o **réu estrangeiro não possuir domicílio em nosso país não legitimam a adoção**, contra tal acusado, de qualquer **tratamento arbitrário ou discriminatório**. Precedentes. Impõe-se, ao Judiciário, o dever de assegurar, mesmo ao réu estrangeiro sem domicílio no Brasil, os direitos básicos que resultam do postulado do devido processo legal, notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante.

Gabarito: Errado.

(CESPE/PC-PE/2016)

02) Os direitos e as garantias individuais não são assegurados às pessoas jurídicas, uma vez que elas possuem dimensão coletiva.

Comentário:

Os **direitos e garantias individuais** previstos no texto constitucional **não são assegurados apenas às pessoas físicas brasileiras e estrangeiras residentes** no país, alcançando também as **pessoas jurídicas**, como, por exemplo, no reconhecimento de **indenização por danos morais por violação à imagem**.

STJ/Súmula 227

A **pessoa jurídica** pode sofrer **dano moral**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/INSS/2015)

03) O direito à vida desdobra-se na obrigação do Estado de garantir à pessoa o direito de continuar viva e de proporcionar-lhe condições de vida digna.

Comentário:

Direito à Vida

É considerado o mais importante dos direitos apresentados na CF/88.

O direito à vida consiste em o indivíduo "**estar e permanecer vivo**" possuindo uma boa condição **física e psicológica**, além de ter o direito de exercer sua **vida de forma digna** com o auxílio do Estado nos **serviços essenciais**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCU/2015)

04) A casa é asilo inviolável do indivíduo, de modo que ninguém pode nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo por determinação judicial; nessa circunstância, a entrada poderá ocorrer em qualquer horário.

Comentário:

CF/88. Art. 5. XI. A casa é **asilo inviolável** do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar **sem** consentimento do morador, salvo em caso de **flagrante delito** ou **desastre**, ou para **prestar socorro**, ou, durante o **dia**, por **determinação judicial**;



| Violação de Residência | |
|------------------------|---|
| Determinação Judicial | Flagrante Delito, Desastre ou Prestar Socorro |
| Durante o Dia | Qualquer horário |

Gabarito: Errado.

(CESPE/TRE-MT/2015)

05) Conforme a CF, são imprescritíveis o crime de racismo e o crime consistente na ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático de direito.

Comentário:

| Crimes | |
|---|---|
| Inafiançável e Imprescritível | Inafiançável e Insuscetível |
| Racismo e Ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático. | Tortura, Tráfico de Drogas, Terrorismo; Hediondo. |
| Ração é inafiançável e imprescritível | 3TH é inafiançável e insuscetível |

CF/88. Art. 5. XLII. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

CF/88. Art. 5. XLIV. Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

CF/88. Art. 5. XLIII. A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCE-PE/2017)

06) Acerca da organização político-administrativa do Estado, dos princípios constitucionais e dos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir, com base nas disposições da CF.

De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.

Comentário:

| Não confundir | |
|---|---|
| CF/88. Art. 5. XXXIV. São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal; | CF/88. Art. 5. LXXVI. São gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) O registro civil de nascimento; b) A certidão de óbito; CF/88. Art. 5. LXXIV. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; |

Gabarito: Errado.

(VUNESP/Prefeitura de São Roque - SP/2020)

07) As associações poderão ter as suas atividades suspensas por decisão administrativa ou judicial.

Comentário:

| Associação | |
|--|--|
| Dissolução Compulsória | Suspensão das Atividades |
| Decisão Judicial, sendo necessário o trânsito em julgado; | Decisão Judicial, não exige o trânsito em julgado. |
| OBS: Não é possível a dissolução ou suspensão das atividades de uma associação por meio de ato administrativo, e sim decisão judicial. | |

Gabarito: Errado.

(CESPE/SEFAZ-AL/2020)



08) Com relação à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, são reconhecidos como válidos somente os direitos e as garantias previstas no texto constitucional ou os a ele incorporados formalmente.

Comentário:

CF/88. Art. 5. §2º. Os direitos e garantias expressos nesta Constituição **não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados**, ou dos **tratados internacionais** em que a República Federativa do Brasil seja parte.

Gabarito: Errado.

(CESPE/TCE-PR/2016)

09) Tratados e convenções internacionais recepcionados pela República Federativa do Brasil, em geral, têm status equivalente ao das emendas constitucionais.

Comentário:

CF/88. Art. 5º. §3º. Os **tratados e convenções internacionais** sobre **direitos humanos** que forem **aprovados**, em cada **Casa do Congresso Nacional**, em **dois turnos**, por **três quintos dos votos dos respectivos membros**, serão equivalentes às **emendas constitucionais**.

| Tratados e Convenções Internacionais | |
|--------------------------------------|--|
| Comuns | Direitos Humanos |
| Status de Lei Ordinária | * Status de Emenda Constitucional , se aprovado pelo quórum qualificado (CF/88. Art. 5º. §3º) . * Status de Norma Supralegal , se aprovado sem o quórum de Emenda . |

Gabarito: Errado.

(Quadrix/CRN - 2º Região (RS)/2020)

10) Quanto aos direitos e às garantias fundamentais, julgue o item.

A prisão civil do depositário infiel não é mais admitida por ter sido revogada, suprimida que foi por emenda constitucional.

Comentário:

A prisão civil do depositário infiel, não foi revogada e ainda possui previsão expressa na CF/88. No entanto, não é mais aplicada devido ao Pacto de San José da Costa Rica e à Súmula vinculante 25 do STF.

| STF/Súmula Vinculante 25 |
|--|
| É ilícita a prisão civil de depositário infiel , qualquer que seja a modalidade de depósito. |

Gabarito: Errado.